



QUANTAS VIDAS VALEM UMA TERRA RARA? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS NO BRASIL

REGO, Dâina¹; SILVA, Maria Dolores L.²; TELES, Eliana³; LOBATO, Marcelle⁴; CRUZ, Laura Alejandra Molina ⁵.

RESUMO

O presente trabalho configura-se como pesquisa qualitativa, que por meio de análise bibliográfica e documental, objetiva analisar o Projeto de Lei da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL nº2780/24) sob a ótica do relatório “Desmascarando lobby mineral em terras indígenas no Brasil” e do documentário “Tinha Gosto de Perfume: Barcarena e os crimes ambientais impunes”. A partir do estudo do PL, associado ao relatório e ao documentário supracitados, constata-se como a mineração, uma das atividades mais destrutivas ao meio socioambiental, vem sendo ressignificada e progressivamente financiada pelo Estado brasileiro, justificada pelo argumento de desenvolvimento nacional em meio a emergência climática. Nesse contexto, legitima-se a flexibilização das normas ambientais e dos direitos dos povos tradicionais em vista de um “interesse nacional” e de uma “segurança jurídica” que se revelam, na realidade, como o retrocesso do Brasil a um lugar de subserviência na cadeia produtiva global; de insegurança jurídica dos povos tradicionais e do meio ambiente, que têm seus direitos constitucionais ameaçados e, ainda, da regularização das zonas de sacrifício da mineração, impactando não só as vidas e territórios tradicionais, mas o equilíbrio climático no Brasil e no mundo. Dado o momento crítico que a humanidade enfrenta, os recursos naturais brasileiros são de certo estratégicos para alternativas sustentáveis, não obstante, é urgente a participação vinculante dos povos tradicionais nas políticas ambientais, a fim de promover justiça ambiental e preservar outros tipos de terras raras: aquelas onde a subsistência coexiste com um ambiente saudável, cultivando um território vivo e sustentável.

1- Mestranda em Cidades: Territórios, Identidades e Educação. PPGCITE-UFPA. dainanainyc@gmail.com.

2- Doutora em Ciência Política. PPGCP-UFPA. mdls@ufpa.br.

3- Doutora em Antropologia. PPGCITE-UFPA. elianteles@ufpa.br.

4- Mestranda em Cidades: Territórios, Identidades e Educação. PPGCITE-UFPA. marcelelobato4@gmail.com.

5- Mestranda em Cidades: Territórios, Identidades e Educação. PPGCITE-UFPA. laura.cruz@abaetetuba.ufpa.br



Palavras-chave: Emergência Climática, Mineração, Conflitos Ambientais

- 1- Mestranda em Cidades: Territórios, Identidades e Educação. PPGCITE-UFPA. dainanainyc@gmail.com.
- 2- Doutora em Ciência Política. PPGCP-UFPA. mdls@ufpa.br.
- 3- Doutora em Antropologia. PPGCITE-UFPA. elianteles@ufpa.br.
- 4- Mestranda em Cidades: Territórios, Identidades e Educação. PPGCITE-UFPA. marcelelobato4@gmail.com.
- 5- Mestranda em Cidades: Territórios, Identidades e Educação. PPGCITE-UFPA. laura.cruz@abaetetuba.ufpa.br



QUANTAS VIDAS VALEM UMA TERRA RARA? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS NO BRASIL

RESUMO

O presente trabalho configura-se como pesquisa qualitativa, que por meio de análise bibliográfica e documental, objetiva analisar o Projeto de Lei da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PL nº2780/24) sob a ótica do relatório “Desmascarando lobby mineral em terras indígenas no Brasil” e do documentário “Tinha Gosto de Perfume: Barcarena e os crimes ambientais impunes”. A partir do estudo do PL, associado ao relatório e ao documentário supracitados, constata-se como a mineração, uma das atividades mais destrutivas ao meio socioambiental, vem sendo ressignificada e progressivamente financiada pelo Estado brasileiro, justificada pelo argumento de desenvolvimento nacional em meio a emergência climática. Nesse contexto, legitima-se a flexibilização das normas ambientais e dos direitos dos povos tradicionais em vista de um “interesse nacional” e de uma “segurança jurídica” que se revelam, na realidade, como o retrocesso do Brasil a um lugar de subserviência na cadeia produtiva global; de insegurança jurídica dos povos tradicionais e do meio ambiente, que têm seus direitos constitucionais ameaçados e, ainda, da regularização das zonas de sacrifício da mineração, impactando não só as vidas e territórios tradicionais, mas o equilíbrio climático no Brasil e no mundo. Dado o momento crítico que a humanidade enfrenta, os recursos naturais brasileiros são de certo estratégicos para alternativas sustentáveis, não obstante, é urgente a participação vinculante dos povos tradicionais nas políticas ambientais, a fim de promover justiça ambiental e preservar outros tipos de terras raras: aquelas onde a subsistência coexiste com um ambiente saudável, cultivando um território vivo e sustentável.

Palavras-chave: Emergência Climática, Mineração, Conflitos Ambientais